

RESOLUÇÃO Nº 43, DE 2001(*)

Dis põe so bre as ope ra ções de cré di to in terno e ex terno dos Esta dos, do Dis tri to Fe de ral e dos Mu ni cí pi os, in clusive concessão de ga rantias, seus li mites e con dições de au torização, e dá ou tras pro vidências.

Art. 1º Subordinam-se às nor mas es talecidas nes ta Re solução as ope ra - ções de cré di to in ter no e ex ter no dos Esta dos, do Dis tri to Fe de ral e dos Mu ni - cí pi os, in clusive a con ces são de ga ran tia.

CAPÍTULO I DAS DE FINIÇÕES

Art. 2º Con si de ram-se, para os fins des ta Re so lu ção, as se guin tes de fini - ções:

I – Esta do, Dis trito Fe de ral e Mu nicípio: as res pectivas ad mi nis tra ções di re tas, os fun dos, as au tar qui as, as fun dações e as em pre sas es ta ta is de pen - den tes;

II – em presa es tatal de pen dente: em presa con trolada pelo Esta do, pelo Dis trito Fe de ral ou pelo Mu ni cí pio, que te nha, no exer cí cio an te ri or, re ce bi do re cur sos fi nan ce i ros de seu con tro la dor, des ti na dos ao pa ga men to de des pe sas com pes so al, de cus teio em ge ral ou de ca pital, ex clu í dos, nes te úl timo caso, aque les pro venientes de au men to de par ticipação aci o ná ria, e te nha, no exer - cí cio cor rente, au to ri za ção or ça men tá ria para re ce bi men to de re cur sos fi nan - ce i ros com idên tica fi na li da de;

III – dí vi da pú bli ca con so li da da: mon tan te to tal, apu ra do sem du pli ci da - de, das obri gações fi nan ce i ras, in clusive as de correntes de emis são de tí tu los, do Esta do, do Dis tri to Fe de ral ou do Mu ni cí pio, as su mi das em vir tu de de leis, con tra tos, con vênios ou tra ta dos e da re alização de ope ra ções de cré dito para amor ti za ção em pra zo su pe ri or a 12 (doze) me ses, dos pre ca tó ri os ju di ci a is emi ti dos a par tir de 5 de maio de 2000 e não pa gos du ran te a exe cução do or - ça men to em que hou ve rem sido in clu í dos, e das ope ra ções de cré di to que, em bo ra de pra zo in fe ri or a 12 (doze) me ses, te nham cons tado como re ce i tas no orçamento;

(*) Pu bli ca da com tex to con so li da do em ra zão das al te ra ções pro mo vi das pela Re so lu ção nº 3, de 2002

75

IV – dí vida pú blica mo biliária: dí vida pú blica re presentada por tí tulos emitidos pe los Esta dos, pelo Dis trito Fe deral ou pe los Mu nicípios; e

V – dí vida con solidada lí quida: dí vida con solidada de duzidas as dis poni - bilidades de ca ixa, as apli cações fi nanceiras e os de mais ha veres fi nanceiros.

Parágrafo úni co. A dí vida pú blica con so li da da não in clui as obri ga - ções exis tentes en tre as ad ministrações di retas dos Esta dos, do Dis trito Fe deral ou dos Mu ni cí pi os e seus res pectivos fun dos, au tarquias, fun da ções e em pre - sas es ta ta is de pen dentes, ou en tre es tes.

Art. 3º Constitui ope ra ção de cré dito, para os efe i tos des ta Re solução, os com pro mis sos as su mi dos com cre do res si tu a dos no País ou no ex te ri or, em ra - zão de mú tuo, aber tu ra de cré di to, emis são e ace i te de tí tu lo, aqui sição fi nan - ci a da de bens, re ce bi men to an te ci pa do de va lo res pro ve ni en tes da ven da a ter - mo de bens e ser viços, ar ren da men to mer can til e ou tras ope ra ções as se me lha - das, in clusive com o uso de de rivativos fi nanceiros.

Parágrafo úni co. Equi pa ram-se a ope ra ções de cré di to:

I – re cebimento an tecipado de va lores de em presa em que o Po der Pú blico detenha, di reta ou in diretamente, a ma ioria do ca pital so cial com di reito a voto,

salvo lucros e dividendos, na forma da legislação;

II – as sunções de multa de com promisso, com fissão de dívida ou operação assembléa, com fornecimento de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceitação ou aval de titulares de crédito;

III – as sunções de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecimento de recursos para pagamento *a posteriori* de bens e serviços.

Art. 4º Entende-se por receita correntelíquida, para os efeitos desta Resolução, o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, de todos:

I – nos Estados, as parcelas em trechos aos municípios por determinação constitutiva;

II – nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos serviços para o custeio do sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes das pensão financeira icada no § 9º do art. 201 da Constituição Federal.

§ 1º Serão computados no cálculo da receita corrente líquida os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro

tembro de 1996, e do Fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitutivas na Transição.

§ 2º Não serão consideradas na receita corrente líquida do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e de Roraima os recursos recebidos da União para atendimento das despesas com pessoal, na forma dos incisos XIII e XIV do art. 21 da Constituição Federal e do art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 1998.

§ 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em decorrência e nos 11 (onze) meses anteriores excluídas as duplicatas.

§ 4º A análise das propostas de operações de crédito será realizada somando-se por base a receita corrente líquida de até 2 (dois) meses anteriores ao mês de apresentação do pleito ou da documentação completa, com o caso. (NR)(*)

CAPÍTULO II DAS VEICULAÇÕES

Art. 5º É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I – receberem antecipadamente valores de empréstimo em que o Poder Público – co de tenha, de multa ou indenização, a maiorioria capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação;

II – as sunções de multa de com promisso, com fissão de dívida ou operação assembléa, com fornecimento de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceitação ou aval de titulares de crédito, não se aplicando esta vedação a empras estatais dependentes;

III – as sunções de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecimento de recursos para pagamento *a posteriori* de bens e serviços;

IV – realizar operação de crédito que represente violação dos acordos de refinanciamento firmados com a União;

V – conceder qualquer subsídio ou isenção, redução da base de cálculo, concessão de crédito presumido, incentivos, anistias, remissão, reduções de alíquotas e quaisquer outros benefícios os tributários, fiscais ou financeiros, não autorizados na forma de leis específicas, estaduais ou municipais, que regule

ex clu si va men te as ma té ri as re tro enu me ra das ou o cor res pon den te tri bu to ou
con tri bu i ção. (*)
(*) Re solução nº 3/02

77

VI – em re la ção aos cré di tos de cor ren tes do di re i to dos Esta dos, dos Mu -
ni cí pi os e do Dis tri to Fe de ral, de par ti ci pa ção go ver na men tal obri ga tó ria, nas
mo da li da des de *royal ti es*, par ti ci pa ções es peciais e com pen sa ções fi nancei -
ras, no re sultado da ex plo ra ção de pe tróleo e gás na tu ral, de re cursos hí dri cos
para fins de ener gia elé tri ca e de ou tros re cursos mi ne ra is no res pectivo ter ri -
tório, pla taforma con ti nen tal ou zona eco nômica ex clusiva:

a) ce der di re i tos re lativos a pe rí o do pos te ri or ao do man dato do che fe
do Po der Exe cutivo, ex cet o para ca pitalização de Fun dos de Pre vi dên cia ou
para amor tização ex tra or di ná ria de dí vi das com a União;

b) dar em ga ran tia ou cap tar re cur sos a tí tu lo de adi an ta men to ou an te ci -
pação, cu jas obri ga ções con tra tu a is res pectivas ul tra pas sem o man da to do
che fe do Po der Exe cutivo.

§ 1º Cons ta tan do-se in fração ao dis pos to no *ca put*, e en quan to não
pro mo vi do o can ce la men to ou amor ti za ção to tal do dé bito, as dí vidas se rão
con si de ra das ven ci das para efe íto do côm pu to dos li mi tes dos arts. 6º e 7º e a
en ti da de mu tuária fi cará im pedida de re a li zar ope ra ção su je i ta a esta Re solu -
ção.

§ 2º Qu al quer re ce i ta pro ve ni en te da an te ci pa ção de re ce i tas de *royal -*
ti es será ex clu si va para ca pi ta li za ção de Fun dos de Pre vi dên cia ou para amor -
ti za ção ex tra or di ná ria de dí vidas com a União.

§ 3º Nas ope ra ções a que se re fere o in ci so VI, se rão ob servadas as
nor mas e com petências da Pre vi dên cia So cial re lativas à for ma ção de Fun dos
de Pre vi dên cia So ci al. (NR)

CAPÍTULO III

DOS LI MI TES E CON DI ÇÕES PARA A RE A LI ZA ÇÃO DE OPE RA ÇÕES DE CRÉ DITO

Art. 6º O cum primento do li mi te a que se re fere o in ci so III do a rt. 167 da
Constituição Fe de ral de verá ser com provado me di an te apu ração das ope rações
de cré di to e das des pe sas de ca pi tal conforme os cri térios de finidos no art. 32,

§ 3º, da Lei Com plementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 1º Para fins do dis posto nes te ar tigo, ve rificar-se-ão, separadamente, o
exer cício an terior e o exer cício cor rente, to mando-se por base:

I – no exer cí cio an terior, as re ce i tas de ope ra ções de cré di to nele re a li za -
das e as des pesas de ca pi tal nele exe cu ta das; e

78

II – no exer cício cor ren te, as re ce i tas de ope ração de cré di to e as des pe -
sas de ca pi tal cons tan tes da lei or ça men tá ria.

§ 2º Não se rão com pu ta dos como des pe sas de ca pi tal, para os fins
deste ar ti go:

I – o mon tan te re fe ren te às des pe sas re alizadas, ou cons tan tes da lei or -
çamentária, conforme o caso, em cum primento da de volução a que se re fere o
art. 33 da Lei Com ple men tar nº 101, de 2000;

II – as des pe sas re a li za das e as pre vis tas que re pre sen tem em prés ti mo ou
financiamento a con tri bu in te, com o in tu i to de pro mo ver in cen tí vo fis cal, ten -
do por base tri bu to de com pe tên cia do ente da Fe de ra ção, se re sul tar a di mi nu i -
ção, di re ta ou in di re ta, do ônus des te; e

III – as des pesas re a li za das e as pre vis tas que re pre sen tem in versões fi -

nan ce i ras na for ma de par ti ci pa ção aci o ná ria em em pre sas que não se jam con -
tro la das, di re ta ou in di re ta men te, pe los en tes da Fe deração ou pela União.

§ 3º O em préstimo ou fñ nanciamento a que se re fere o in cisoII do § 2º,
se con cedido por ins ti tu i ção fñ nanceira con trolada pelo ente da Fe de ra ção,
terá seu va lor de du zi do das des pe sas de ca pital.

§ 4º As ope ra ções de an te ci pa ção de re ce i tas or ça men tá ri as não se rão
com pu ta das para os fins des te ar ti go, des de que lí qui da das no mes mo exer cí -
cio em que fo rem con tra ta das.

§ 5º Para efe ito do dis pos to nes te ar ti go, en ten de-se por ope ração de
cré di to re alizada em um exer cí cio o mon tante de lí beração con tratualmente
previsto para o mes mo exer cí cio.

§ 6º Nas ope ra ções de cré di to com lí be ra ção pre vis ta para mais de um
exer cí cio fñ nanceiro, o lí mi te com putado a cada ano le vará em con sideração
ape nas a par cela a ser nele lí be ra da.

Art. 7º As ope ra ções de cré di to in terno e ex ter no dos Esta dos, do Dis trito
Fe de ral e dos Mu ni cí pi os ob servarão, ain da, os se guin tes lí mites:

I – o montante glo bal das ope ra çõesrealizadas em um exer cí cio fñ nancei -
ro não po derá ser su pe ri or a 16% (de zes se is por cen to) da re ce i ta cor rente lí -
qui da, de finida no art. 4º;

II – o com prometimento anu al com amor tizações, ju ros e de mais en car -
gos da dí ví da con so li da da, in clusiverelativos a va lo res a de sem bol sar de ope -
ra ções de cré dito já con tra ta das e a con tratar, não po derá ex ceder a 11,5%
(onze in te i ros e cin co dé ci mos por cen to) da re ce i ta cor ren te lí qui da;